

Instituto Cordilheira

Boletim 2025

Aproxima-se o fim de um ano intenso. Com a sensação de dever cumprido e de que ainda há muito por fazer, o Instituto Cordilheira (IC) compartilha destaques e conquistas de 2025. Confira neste boletim um resumo das principais ações realizadas.

Na nossa página no [instagram](#) você pode saber mais detalhes sobre nosso trabalho. Aproveite e veja também o perfil do [Obser-](#)

[vatório das Ações Penais sobre a Tragédia de Brumadinho.](#)

O site institucional está passando por uma ampla reformulação, com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2026, quando completamos cinco anos de fundação. Já a página web do [Observatório](#) está atualizada.

Agradecemos sua companhia. É muito importante saber que não estamos sós. Um forte abraço de toda a equipe para você.



Fortalecimento institucional

Espaço físico, novas pessoas e parcerias:
vínculos coletivos ampliados

“2025 foi um ano bem importante, a gente consolidou um escritório físico, o que permitiu encontros e coletividade na criação e na execução dos trabalhos”, destaca Carolina de Moura, coordenadora de Gênero e Clima da entidade.

Novos associados foram acolhidos na assembleia geral e a equipe Cordilheira cres-

ceu, com reforços na área jurídica, na gestão administrativa e financeira e na comunicação. “Estamos muito felizes com a chegada de pessoas jovens, pois sentimos que a formação também é nossa missão. Além disso, novas parcerias ampliaram o alcance de nossas ações em rede”, aponta Carolina. •

Processos criminais sobre as tragédias em Brumadinho e Mariana



Depois do insistente trabalho de incidência no judiciário, as audiências de instrução foram agendadas

Os advogados da equipe de Litígio em Direitos Humanos, atuantes nos processos criminais como assistentes de acusação, trabalharam intensamente durante todo o ano para impulsionar o andamento das ações penais. Empenhados em garantir o direito de participação das vítimas e do acesso à justiça, todos os passos foram dados com as famílias, organizadas na AVABRUM, a Associação de familiares das vítimas fatais da tragédia. No dia 20 de outubro, a Juíza Federal Dra. Raquel Vasconcelos Alves de Lima proferiu uma decisão com o agendamento das audiências de instrução, que serão realizadas entre os dias 23 de fevereiro de 2026 e 17 de maio de 2027. ➡



Essas audiências são o momento em que serão produzidas as provas orais; por meio dos depoimentos das vítimas, testemunhas e réus, que serão questionados em relação aos fatos e apresentarão suas respectivas versões. Elas ocorrerão no plenário, o principal auditório do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6). Esse local atende uma reivindicação das vítimas, que pediam um espaço digno, com condições para a presença dos familiares e pessoas atingidas, considerando que as audiências são públicas e as pessoas têm interesse e o direito de acompanhá-las presencialmente. Também está sendo realizado um amplo trabalho para o funcionamento do Centro Especializado de Atenção às Vítimas, cujo objetivo é atender, informar e acolher as pessoas durante as audiências.

Processo criminal sobre o rompimento de Fundão em Mariana

Representando quatro mulheres, sendo três familiares de vítimas fatais do rompimento da barragem de Fundão e uma moradora de Bento Rodrigues, indignadas com a [sentença absolutória](#) proferida em novembro de 2024, requeremos habilitação como assistentes de acusação e interpomos recurso de apelação. Entre outras ponderações, manifestamos nossa discordância com o prólogo da sentença, que desloca o foco da responsabilidade penal, servindo assim à impunidade estrutural típica de crimes corporativos e ambientais. Poucos dias antes da sentença, havia sido firmado o Acordo da Repactuação. A apelação, protocolada no fim do ano passado, até o momento não foi julgada. •

Não repetição dos crimes da mineração

Brumadinho, Mariana, Gandarela, Conceição do Mato Dentro: enfrentar a impunidade e a conivência dos órgãos públicos

O Estado de Minas Gerais permitiu a expansão da exploração minerária no Complexo Germano, o mesmo onde estava a barragem de Fundão, de responsabilidade de Samarco/Vale/BHP Billiton. A licença ambiental para o Projeto Longo Prazo foi emitida em junho de 2025. Por meio de publicação no Diário Oficial, o Estado também liberou a retomada e a expansão da Vale/Itaminas no Complexo Paraopeba, o mesmo onde estava a Barragem I, que colapsou em Brumadinho.

É inaceitável que as empresas responsáveis pelos maiores crimes socioambientais do Brasil voltem a operar nos mesmos locais que mataram, contaminaram e deixaram um rastro de destruição irreparável. Por isso, estamos de mãos dadas com o Coletivo Loucos por Bento (de Mariana), com a Associação Comunitária da Jangada e outras coletividades de Brumadinho para impedir essas operações, que colocam as mesmas comunidades já brutalmente atingidas sob o risco de novos desastres. ➡



Também a Anglo American, em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, pretende ampliar uma barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, desrespeitando a Lei Mar de Lama Nunca Mais. E a Vale segue insistindo no Projeto Apolo, na Serra do Gandarela, região fundamental para a segurança hídrica de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em aliança com movimentos, organizações e comunidades, dedicamos esforços e nos posicionamos contra esses projetos: litigância estratégica, ações de incidência jurídica, presença ativa em espaços públicos, produção de materiais de comunicação, acompanhamento e apoio nas ações de mobilização popular. O que está em jogo é a nossa sobrevivência e não vamos abdicar de nosso direito a um ambiente saudável.

Assista [aqui](#) o documentário premiado na Mostra Imagem dos Povos sobre a comunidade da Jangada, em Brumadinho.

Mariana 10 anos: ação popular climática e processo criminal

Membros do Coletivo Loucos por Bento e advogados da equipe de Litígio em Direitos Humanos do IC deram entrada em uma Ação Popular, com um pedido liminar, para a suspensão imediata da licença ambiental do Projeto Longo Prazo da Samarco. A argumentação central é que o Estudo de Impacto Ambiental foi negligente em não considerar os impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos – especialmente a alteração no regime de chuvas – sobre as barragens e as pilhas de estéril e rejeito que ameaçam, novamente, as comunidades de Bento Rodrigues e Camargos, em Mariana. O Ministério Público Federal se manifestou, em 08/12/2025, favorável ao pedido liminar apresentado. Aguarda-se decisão da magistrada de Ponte Nova, que pode sair a qualquer momento. •



Mônica dos Santos,
da Comissão dos Atingidos
pela Barragem do Fundão
e do grupo de moradores
Loucos por Bento.

“O Instituto Cordilheira tem sido muito importante para tentarmos frear o projeto de Longo Prazo da Samarco. É um processo muito importante para nós, das comunidades de Bento de Origem, do novo Bento e de Camargos. Espero que essa parceria continue, com esse trabalho forte de denúncia e maravilhoso da equipe da Cordilheira, nessa luta incessante por justiça, por não repetição desses crimes dessas mineradoras que só visam o lucro acima da vida.”

CAMPANHA

FRETE À COP30

SABO
TAGEM
ECO
FEMINISTA

- Não aos minerais de sacrifício
- Sim à justiça climática feminista
- Basta de extrativismo patriarcal

Em aliança com a Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras trilhamos um caminho de reflexão coletiva e formação para o posicionamento frente à COP30. Reunimos cerca de 60 mulheres, de 12 países da América Latina, que estão na linha de frente da defesa de seus territórios. Com chamadas adaptáveis para a realidade de cada território, a campanha circulou na internet, nas cidades e nas comunidades: de Colômbia e Honduras até Belo Horizonte, de Brumadinho até a Nigéria, de Mariana até Belém.

“Nossos territórios são zonas de sacrifício para que o Norte Global mantenha seus modos de vida com altíssimo consumo de energia. Todos os nossos minerais jamais satisfarão sua demanda. (...) Declaramo-nos em permanente campanha de denúncia contra os tomadores de decisão que tentam nos convencer de que a saída para a crise deve envolver a ampliação da fronteira extrativista, o livre comércio e o obscuro acúmulo de capital”, anuncia o manifesto da campanha, que pode ser lido aqui em português, in-

glês e espanhol.

Acesse aqui o artigo “Minerais de transição, velhas desigualdades no Brasil - Mineração, justiça e a agenda climática na COP30” que denuncia as contradições da chamada “transição energética” e propõe caminhos para colocar os direitos humanos, as mulheres e os povos tradicionais no centro das decisões. Uma produção do Instituto Cordilheira e do Business & Human Rights Resource Centre.●



Nosso território é o mundo: o poder das mulheres unidas

Desde 2021, o IC realiza o projeto “Lótus”, que atua para fortalecer a autonomia das mulheres defensoras de territórios em conflito com a mineração, por meio da parceria com a [Aliança Global pelas Ações Ecológicas e de Gênero](#). Depois do plantio das sementes e do cuidado permanente com cada uma delas, colhemos belos frutos em 2025. Para além dos encontros de construção de capacidades periódicos e itinerantes em Minas Gerais, destacamos outras ações relevantes:

→ Exposição “Florescer em meio à lama: memórias que brotam”, construído com a comunidade do Córrego do Feijão, em Brumadinho, para o marco de seis anos do rompimento da barragem, em janeiro de 2025.

→ Com o grupo Pé de Quê Agroecológicos, a iniciativa de gestão da economia



criativa do projeto Lótus foi apresentada no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Juazeiro da Bahia.

→ As viagens de intercâmbio para a troca de experiências e saberes foram transformadoras. A conexão África-Brasil proporcionou aprendizados que nunca serão esquecidos.

Do Brasil participaram: Fórum Suape, de Pernambuco; Quilombo Cariongo, do Maranhão; Kilombu Manzo e Roots Ativa, de Belo Horizonte. E de África: Jeunes Volontaires pour l'Environnement (JVE) Côte d'Ivoire, da Costa do Marfim e Kebetkache Women Development & Resource Centre, da Nigéria.



“Essa experiência me deixa atenta e mais forte para me juntar à várias mulheres para impedir que a Vale e outras empresas destruam nosso modo de vida. Agradeço ao Instituto Cordilheira por nos incentivar, elevar nossa autoestima e nos mostrar até onde vai o nosso poder, para além do país que vivemos. Eu esperava encontrar uma África livre, porque a vida toda eu lutei pela liberdade. O que encontrei ali foi uma África de mulheres fortes, lutando contra uma série de estupros: cultural, social e territorial”.

Makota Kidoialê, educadora e integrante da comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango

Agradecemos a leitura e desejamos um ótimo fim de ano. Que em 2026 possamos reforçar os laços de solidariedade para seguir transformando nossa indignação em caminhos de dignidade e justiça.